



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Em 1942, quando a Renda Nacional se traduzia em apenas 37 bilhões de cruzeiros e a Receita da União em 4,4 bilhões, a reforma introduzida pelo Decreto-Lei nº 4.791, que instituiu o Cruzeiro como unidade do Sistema Monetário Brasileiro, reduziu a expressão gráfica da Moeda Nacional, fazendo com que 1 cruzeiro passasse a representar 1.000 réis da moeda antiga.

Depois de 1942, não foi menor o ritmo da inflação brasileira. Pelo contrário. Acelerou-se essa, alcançando taxas nunca antes experimentadas, atingindo seu auge no trimestre anterior à Revolução, quando nos avizinhamos do caos econômico e da convulsão social.

Esse antigo e intenso processo de desvalorização, além de desfigurar, no mercado cambial, as relações entre a moeda nacional e a de outros países, tornou a unidade do Sistema Monetário Nacional inteiramente inexpressiva, acarretando numerosos percalços para a emissão e o manuseio do meio circulante, o transporte de numerário, para o registro contábil e a escrituração de valores nas empresas comerciais e industriais, no sistema bancário e nas instituições financeiras.

Essa desfiguração da relação de valores entre a moeda nacional, as moedas estrangeiras e os bens e serviços que se adquirem no mercado; os problemas mencionados de caráter contábil, escritural e mecânico, têm suscitado inúmeras iniciativas no sentido de uma reforma ou simplificação do padrão monetário nacional.

No Congresso Nacional, pelo menos sete proposições, nesse sentido, podem ser mencionadas, visando tôdas precipuamente a simplificar a escrituração da moeda brasileira, mediante a instituição de uma nova unidade monetária, ora denominada «cruzeiro nêvo», ora «brasão», «cruzado», ou «conto», sempre buscando outra relação entre a moeda nova e a moeda antiga, de, pelo menos, 1 para 100.

Não se justificaria até há pouco tempo, quando estávamos em meio a intenso processo inflacionário, que o Governo promovesse modificação dessa espécie, eis que seus resultados muito cedo se perderiam. A continuidade da inflação poria por terra todos os benefícios que poderiam advir da mudança.

Essa, possivelmente, a razão por que os inúmeros projetos de iniciativa do Congresso Nacional não tiveram curso mais rápido e não chegaram a transformar-se em lei.

Neste momento, porém, abrem-se novos horizontes a fundadas esperanças de estabilização monetária. Seja porque transposta a fase mais dura de correção de valores e eliminação de subsídios, seja porque já conseguida adequada programação de gastos públicos e o financiamento de *deficit* do Governo Federal através de recursos não-inflacionários, seja por um progresso na psicologia estabilizadora, como o revela a adesão voluntária de numerosas empresas ao programa de contenção de preços da Portaria nº 71, seja porque os assalariados cada vez mais reconhecem o lôgro da política anterior de maciços reajustamentos de salários, logo anulados pela alta de preços.

A partir dêste momento, poder-se-á, pois, com segurança, pensar na modificação do padrão monetário nacional, sem que essa medida se frustre, como certamente se teriam frustrado as iniciativas anteriores, se adotadas na fase mais aguda do processo de desvalorização monetária.

Eis porque em decreto-lei de hoje, ouvido o Conselho de Segurança Nacional — pois que matéria como essa, envolvendo ampla reformulação do sistema monetário, relaciona-se fundamentalmente com a preservação das instituições financeiras básicas — autorizei o Conselho Monetário Nacional, a partir de 1º de janeiro de 1966, a instituir o cruzeiro novo, correspondendo o cruzeiro atual a um milésimo do cruzeiro novo, restabelecido o centavo.

A instituição do cruzeiro novo deverá ser acompanhada de um conjunto de medidas que visem a estimular os depósitos a prazo, quase desaparecidos na voragem da inflação, mas indispensáveis, pois que representam poupança disponível para investimento; que acelerem a restauração do crédito público, tornando ainda mais atraentes as Obrigações do Tesouro, como fonte de financiamento não inflacionário dos investimentos públicos e dos *deficits* do Tesouro; que contribuam para promover a baixa da taxa de juros, particularmente em favor das empresas que estabilizarem seus preços. Decidi também, através de decreto executivo, a prorrogação

do sistema de incentivos à estabilização de preços, previsto na Portaria Interministerial nº 71, que tanto êxito logrou em criar uma mentalidade não inflacionária na indústria e no comércio. Completa êsse elenco de medidas uma Resolução do Conselho Monetário, de data de hoje, que, somando-se a resoluções anteriores sôbre crédito agrícola e sôbre financiamentos especiais para uso de fertilizantes, visa a facilitar a compra de tratores, como elemento de maior produtividade agrícola e contribuição importante para a solução do problema do abastecimento.

Ao buscarmos uma expressão estável para o cruzeiro nôvo internamente, devemos também preocupar-nos com sua equivalência em moeda estrangeira. Queremos que, uma vez criado, o cruzeiro nôvo tenha um valor estável interna e externamente. Donde a necessidade de definição, desde já, de uma política cambial aplicável a todo o ano de 1966 e mesmo a períodos futuros, pois que a reaproximação da estabilidade nos livrará do pesadelo passado das sucessivas desvalorizações cambiais.

O primeiro requisito de uma política cambial é que a taxa de câmbio seja realista à luz da evolução dos preços e custos no Brasil e no exterior, e que possa ser sustentada sem dar oportunidades a especuladores e sem dilapidar as reservas cambiais líquidas, hoje superiores a 300 milhões de dólares, em moeda conversível, que conseguimos amealhar êste ano, e sem necessitar intervenções artificiais no mercado de câmbio. A manutenção de reservas internacionais adequadas é imperativo de segurança nacional, pois permite assegurar a continuidade das importações essenciais em face de variações eventuais na receita de exportações, e nos exime da necessidade de operações do crédito externo de emergência.

Graças à política cambial adequada, adotada em fins do ano passado, conseguimos manter um ano inteiro de completa estabilidade da taxa. Entretanto, os aumentos de preços e custos, inclusive custos salariais, ocorridos desde então, nos impõem, no momento em que tomamos um passo ousado no sentido da estabilização, através da instituição do cruzeiro nôvo, fazermos correções realistas, que nos garantam estabilidade futura na taxa de câmbio.

O segundo requisito de uma política cambial correta é o estímulo à expansão e diversificação das exportações. Foram notáveis

os resultados que já alcançamos. Este ano nossas exportações deverão ultrapassar um e meio bilhão de dólares, resultado não atingido desde 1954. Não só cresceu o valor das exportações mas também registrou apreciável diversificação, sendo que os produtos manufaturados se expandiram de mais de 120%, comparativamente a 1964, quando já haviam aumentado de 80% face a 1963. Não podemos nem devemos interromper essa saudável diversificação. Lembremo-nos ainda que a expansão das exportações não contribui apenas para o desenvolvimento da produção e a criação de empregos, mas é também um instrumento de aumento de produtividade, pois um país só exporta o que produz com eficiência. A exportação representa, além disso, o mais eficaz caminho para a emancipação econômica, habilitando-nos a comprar onde quisermos, sem as injunções dos fornecedores ou as imposições dos financiadores.

Não faz muito sentido falar-se em nacionalismo e emancipação econômica, como se fazia no passado, sem a coragem de adotar taxas cambiais realistas para exportar mais e depender menos de ajuda externa. Mesmo que se tenha de enfrentar corajosamente o encarecimento de certas importações, sacrifício certamente mais leve do que o da Inglaterra no imediato após guerra, quando racionou severamente os seus consumidores, a fim de exportar, ou pela Argentina de hoje, que chegou a proibir o consumo de carne três dias na semana para ganhar divisas na exportação.

O terceiro requisito de uma política cambial dirigida para o desenvolvimento é gerar recursos para investimento na infraestrutura.

Estima-se, a título exemplificativo, que mesmo uma elevação bastante modesta na taxa aplicável aos combustíveis importados poderia produzir, durante 1966, um aumento de cerca de cem bilhões de cruzeiros na receita da PETROBRAS, habilitando-a a intensificar investimentos nos novos campos de Miranda e Carmópolis, que elevarão a produção a 160 mil barris de óleo cru em fins de 1966. Estima-se que esse mesmo reajustamento representaria aumento de mais de 130 bilhões de cruzeiros na receita do imposto único de combustíveis, dos quais cerca de 80 bilhões reverteriam

aos Estados e Municípios, para a construção e pavimentação de estradas.

Uma receita adicional como essa permitiria a pavimentação em todo o Brasil de mais 1.300 quilômetros, ou a construção de mais de 1.600 quilômetros de novas rodovias, do que poderia resultar uma redução do custo de transporte muito mais significativa que o custo adicional do combustível.

Importante dado a ser considerado em nossa política cambial é a necessidade de mantermos preços estimulantes para a produção nacional de trigo, que não poderia doravante concorrer com o trigo que vem sendo importado a uma taxa estabilizada há cerca de um ano, enquanto subiram os custos internos de produção.

Como parte do trigo importado nos é fornecida pelos Estados Unidos para pagamento em cruzeiros, que nos são doados ou reemprestados a 40 anos de prazo, para investimentos em escolas, hospitais, casas populares, energia elétrica, indústrias e crédito agrícola, estima-se que um moderado reajustamento da taxa cambial poderia representar uma receita adicional, no ano de 1966, de quase 20 bilhões de cruzeiros para as aplicações em causa.

Tendo em vista êsse conjunto de considerações, determinei ao Conselho Monetário, em regime de urgência, para evitar especulações, a formulação de uma política cambial aplicável ao cruzeiro novo, que satisfaça as condições antes indicadas, procurando entretanto atenuar ao máximo as repercussões desfavoráveis sobre os custos internos. Não será necessária nenhuma modificação imediata nos preços dos combustíveis, porquanto ainda existem estoques e importações em trânsito, adquiridos aos preços anteriores. Aliás, mesmo quando se processar, em 1966, a modificação de preços, será ela moderada, e dada a pequena participação do combustível no preço final de mercadoria, poderá ser absorvido sem grandes sacrifícios para o consumidor.

Bem sei que, em épocas passadas, a elevação do custo de combustíveis importados serviu de pretexto para remarcações generalizadas e abusivas de preço, muito além do que seria justificado. Confio na cooperação dos industriais, comerciantes e agricultores, aqui representados pelos seus máximos expoentes de classe, para

que isso não mais se repita. Certamente o Govêrno não tolerará abusos, e dispõe de instrumentos para desencorajar os que tripudiam sôbre o sacrificio do povo, no momento em que êste é chamado a contribuir para fortalecer a capacidade de investimento da PETROBRÁS, dos Departamentos Rodoviários da União, Estados e Municípios e para promover a nossa emancipação econômica pela diversificação das exportações.

Tôdas as precauções possíveis serão tomadas para atenuar o impacto das medidas cambiais que se fizerem necessárias. O Conselho Monetário adotará providências que permitam neutralizar, em todo ou em parte, a elevação do custo cambial das matérias primas essenciais às indústrias, dos equipamentos, dos fertilizantes, eliminando para isso a exigência de depósitos prévios e compulsórios, assim como encargos cambiais, que complicam, burocratizam e encarecem o processo de importação.

Nenhuma alteração, quer na política, quer nos preços do café, seja internos, seja externos, se faz necessária. Os preços do café estão firmes no mercado mundial. As nossas exportações se tornaram satisfatórias a partir de agosto e, no presente trimestre, transcorridos apenas 45 dias, já vendemos 75% de nossa quota trimestral no Acôrdo Internacional do Café.

Estamos agora colhendo os frutos de um longo, penoso, e por vêzes incompreendido esforço, para ajustar as quotas, anteriormente exageradas, do referido Acôrdo, à realidade do mercado; para criar disciplina na observância dessas quotas; para instaurar um mecanismo automático de ajustamento de quotas em função de preços, de modo a podermos comercializar mais agressivamente, sem correremos o risco de uma guerra de preços, ruínosa para todos e incompatível com a segurança de remuneração pretendida pelos nossos produtores. Podem estar tranqüilos os nossos compradores de que a instituição do cruzeiro nôvo e os presentes ajustamentos cambiais em nada afetarão os preços e o sistema atual de comercialização do café.

Ao enunciarmos, juntamente com a instituição do cruzeiro nôvo, os requisitos de uma política cambial que concilie a estabilidade interna com a externa do cruzeiro, estamos pensando a longo prazo, fazendo uma aproximação de valôres entre a taxa efetiva de

exportação e a de importação, esta muito mais elevada que aquela por inúmeros encargos e depósitos, que agora vamos eliminar em benefício da remuneração do exportador.

Falar em nacionalismo e desenvolvimento econômico, sem a coragem de adotar uma política de câmbio que estimule a diversificação de exportações, que favoreça a produção nacional de trigo, que dê recursos suficientes à PETROBRÁS e que, a despeito de um sacrifício imediato, permita mesmo em prazo curto baratear os custos de transporte, pela construção e melhoramento de estradas, não é fazer nacionalismo, nem desenvolvimento. É gesticular no vazio, com a insinceridade dos demagogos que adulam o povo porque não sabem respeitá-lo, que fingem lastimar o sacrifício dos humildes, mas que nunca se sacrificariam a si mesmos, dizendo a verdade dura e trabalhando em silêncio, para que os humildes encontrem afinal pão e paz.

Entramos agora na terceira fase do programa revolucionário de desenvolvimento, estabilidade e reforma. A instituição do cruzeiro novo é peça importante nesta etapa em que nos concentramos no esforço de conciliar o retorno à estabilidade com a retomada do crescimento, deixando para trás o cruzeiro do subdesenvolvimento.

Mas o sentido que pretendemos emprestar a esta nova fase na árdua luta de reconstrução econômica do País, é o de valorização do salário real. Vejo entre o auditório representantes dos trabalhadores e a eles gostaria de me dirigir de início. É de esperar que a experiência tenha a todos ensinado a inutilidade de salários nominalmente altos, que a inflação logo se encarrega de destruir. Se quisermos recompor os altos picos salariais de antes, estaremos condenados a repetir, ou antes a agravar, a inflação do passado, pois que a economia não tem produtividade suficiente para suportar, pelo aumento de produção — em nenhum país, superior a 6 ou 7% ao ano — os níveis de consumo almejados. Em vez de se concentrar apenas na reivindicação de salários nominais, esquecendo que salário é também custo de produção, o novo trabalhismo, mais amadurecido e responsável, e consciente da experiência trabalhista dos países mais industrializados, deverá concentrar-se na valorização do salário real.

Deseja, espera, confia o Govêrno que os salários pagos no ano próximo, em cruzeiros novos, sejam mais estáveis.

Igualmente importante é inserir-se o movimento trabalhista no movimento de «democratização das oportunidades». A reivindicação salarial não esgota a missão dos sindicatos, nem deve constituir seu programa único. Espera o Govêrno que os sindicatos a êle se associem na reformulação de uma reforma educacional que os habilite a participar na provisão de oportunidades de treinamento e educação para os trabalhadores. Pretende o Govêrno dar aos sindicatos papel importante na solução do problema de habitação para os seus associados. Preocupação igualmente importante, da qual devem partilhar o Govêrno e os trabalhadores, é a criação de novas oportunidades de emprêgo para uma população que cresce explosivamente. Seria injusto e suicida cuidarmos apenas do nível salarial dos já empregados, negligenciando a necessidade de buscar poupança e investimentos nacionais e estrangeiros, públicos e privados, para criar novos empregos.

Ao propor uma política de realismo salarial partimos da idéia de que a Nação não pode distribuir mais do que produz. Assim, reajustamentos salariais divorciados da produtividade, ou seriam anulados pela inflação, ou significariam redução do nível de investimentos e emprêgo. Aliás, o Govêrno está consciente de que a paciência e a compreensão dos trabalhadores têm que encontrar contrapartida na austeridade dos empresários. Estes devem consagrar seus recursos ao investimento, e não ao consumo ostentatório; devem revelar senso de responsabilidade, cooperando para a contenção de preços; bem como buscar lucros no aumento de produção e da produtividade, e não na especulação de preços.

Apelo para os empresários da indústria e do comércio — mais do que apelo, reclamo dos empresários — no sentido de colaborarem na manutenção do salário real dos trabalhadores, fazendo todo o possível para absorver custos sem aumentar preços, melhorando a sua produtividade, reduzindo desperdício e ineficiência. Na realidade, empresários que se queixam da falta de crédito e da impossibilidade de conter os preços, ainda ostentam fausto e luxo, utilizando lucros, não para reinvestimentos produtivos, mas para consumo pessoal, quando não sonegam tributos, dificultando a luta

contra a inflação e debilitando a capacidade de investimento do País. Folgo em registrar, entretanto, o surgimento de uma nova mentalidade empresarial, convencida das vantagens do desenvolvimento com estabilidade, composta de empresários da indústria, comércio e agricultura, que, em número cada vez maior, se associa aos propósitos estabilizadores da Portaria Interministerial nº 71, cuja vigência estou agora prorrogando, por decreto executivo, até 31 de dezembro de 1966, ao mesmo tempo em que, através de emenda apresentada no Senado Federal, está sendo proposta a aplicação de benefício de redução de impostos de renda, independentemente de quaisquer formalidades, em favor das empresas que tenham obedecido às normas dessa Portaria.

Desejo dirigir-me ainda aos representantes da agricultura aqui presentes. Ao seu esforço produtivo se devem as boas colheitas de 1965, que esperamos ver repetidas em 1966. Elas foram um fator altamente positivo no crescimento do produto e no amortecimento da pressão inflacionária sobre os custos de alimentação, cuja alta em 1965 foi apenas metade da verificada em 1964. O Governo se esforçou por tornar a garantia dos preços mínimos uma realidade, mesmo em remotas localidades do interior, e se preocupa agora em facilitar o acesso a fertilizantes e tratores, em busca do aumento de produtividade.

Não poderei deixar de saudar aqui êsse grande esquecido nas assembléias financeiras — o consumidor. Representam-no neste recinto as associações cívicas femininas de vários Estados do País, cuja contribuição foi e continua a ser de fundamental importância na campanha de estabilização de preços, lançada em abril último e que tão excelentes resultados alcançou.

O combate à inflação exige também a cooperação do consumidor e das donas de casa, que devem premiar os comerciantes e empresários que se associam nessa campanha de valorizar o salário real, e devem resistir aos que persistem no velho hábito de remarcar preços mecânicamente, sem nenhum esforço para absorver custos, reduzir gastos e melhorar a organização e produtividade.

Empenhamo-nos todos — empresários, trabalhadores e donas de casa — numa campanha de valorização de nossa moeda e preservação do salário real.

Num país de tantas possibilidades como o nosso, que reclama apenas tranqüilidade para trabalhar, de nada precisamos ter medo, como disse de certa feita o Presidente Roosevelt à sua Nação, então confusa e conturbada, «de nada precisamos ter medo a não ser do próprio medo».

Quanto a mim, todos sabem que não ambiciono o poder; aceito-o como forma de servir. Cumprirei até o fim a minha missão e entregarei ao meu sucessor um País adiantado pela renovação democrática, livre de anarquia financeira, modernizado em suas instituições políticas e econômicas, e humanizado, não pela promessa falsa dos demagogos, mas pelo sentido de um destino nacional, construído com a paciência de alguns, o trabalho de muitos e a esperança de todos.